CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



TERCEIRA SECRETARIA

Assessoria Legislativa
Unidade de Redação Parlamentar e Consolidação de Textos Legislativos



PARECER N°O 1/2019 - CAS

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS ao Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2019, que concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Embaixador de Israel no Brasil Yossi Shelley.

Autor: Deputado DELMASSO e outros

Relator: Deputado LEANDRO GRASS

I - RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2019, de autoria do Deputado Delmasso e de outros, que concede ao Embaixador de Israel no Brasil, Senhor Yossi Shelley, o Título de Cidadão Honorário de Brasília.

O art. 1º da proposição concede a honraria e o 2º contempla a cláusula de vigência.

Na justificação, os autores repassam a trajetória pessoal do pretendido homenageado, com extenso repertório de seus feitos e dos cargos que ocupou em seu país de origem.

II - VOTO DO RELATOR

COMISSAO DE ASSUNTOS SOCIAIS POL Nº 40 12011 FIE. Nº Q 4 CPLA

Nos termos do art. 65, inciso I, alínea /, RICLDF, à Comissão de Assuntos Sociais incumbe apreciar "concessão de título de cidadão honorário e benemérito".

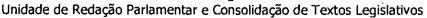
A Resolução nº 250/2011 estipula alguns requisitos para a concessão dos títulos de cidadão honorário e benemérito que, no caso em tela, não foram atendidos. O primeiro destes, facilmente constatável é o de residência, constante no art. 2º, inciso II da Resolução, que estipula prazo mínimo de quatro anos de residência no Distrito

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



TERCEIRA SECRETARIA

Assessoria Legislativa





Federal. Segundo a justificação, o Embaixador assumiu seu atual cargo há dois anos e meio, em janeiro de 2017, e não há informação adicional que indique o cumprimento dos quatro anos de residência no DF.

Além disso, a justificação tampouco explicita, no histórico do homenageado, a prática de "atos de relevante interesse social para a população do Distrito Federal", nos termos do inciso III do art. 2º da Resolução. Apenas são elencados eventos relacionados à vida do Senhor Yossi Shelley em Israel.

Em suma – e a despeito de quaisquer considerações pessoais sobre o Senhor Yossi Shelley – entendemos que a proposição não pode prosperar em virtude desses vícios legais, que inviabilizam sua aprovação.

Pelo exposto, manifestamos voto pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2019.

Sala das Comissões, em

Deputado MARTINS MACHADO

Presidente

Deputado LEANDRO GRASS

Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
PDL Nº 40 20 9
Fis. Nº 05 Card